



O PROTAGONISMO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO DE UM EVENTO INCLUSIVO

*THE PROMINENCE OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN THE CONTEXT OF AN
INCLUSIVE EVENT*

*PROTAGONISMO DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD EN EL CONTEXTO DE UN
EVENTO INCLUSIVO*

Anna Claudia Sieverding Fabiano
E-mail: annasieverding@hotmail.com

Éverton Fernandes Machado
E-mail: everton_fm1@hotmail.com

Claudete da Silva Lima Martins
E-mail: claudetemartins@unipampa.edu.br

Francéli Brizola
E-mail: franbrizolla@gmail.com

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA

RESUMO

Este trabalho discute a respeito da temática de acessibilidade em eventos, destacando a necessária quebra de barreiras e o protagonismo das pessoas com deficiência, como elementos importantes para favorecer a plena inclusão. Portanto, este artigo tem como objetivo identificar barreiras físicas e atitudinais que as pessoas com deficiência poderiam enfrentar no evento “2ª Tertúlia: Nada Sobre Nós Sem Nós – TNSNSN”, realizado dentro da Universidade Federal do Pampa, a partir da nossa comissão de registros midiáticos. A pesquisa é de natureza qualitativa, com o método de pesquisa de campo de caráter exploratório. Como instrumentos de pesquisa utilizamos para coleta de dados: um questionário exploratório e a observação participante através de um roteiro. A coleta de dados aconteceu no segundo semestre de 2019. Com os resultados pudemos observar que durante o evento foi feito o que estava ao alcance da organização para que se tivesse um olhar inclusivo para as pessoas com deficiência, contudo ainda assim existem barreiras tanto físicas e atitudinais que precisam ser superadas para que se possa efetivamente garantir a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência em todos os espaços de convívio social, dentre eles em eventos.

PALAVRAS-CHAVES: Inclusão. Barreiras Físicas e Atitudinais. Registros Midiáticos.

ABSTRACT

This paper consists of the accessibility theme in events, highlighting the breaking of barriers and the role of people with disabilities, as important elements to favor a complete inclusion. Thus, this article aims to identify physical and attitudinal barriers that people with disabilities could face in the event “2ª Tertúlia: Nada Sobre Nós Sem Nós – TNSNSN”, held within the University Federal do Pampa, from our media records commission. It is a qualitative research with an exploratory field research method. As research instruments, we used for the data collection an

exploratory questionnaire and participant observation structured through a script. Data collection took place in the second half of 2019. With the results we could observe that during the event, it has been done everything it was possible to have an inclusive look at people with disabilities, however, still, there are both physical and attitudinal barriers that need to be overcome in order to effectively guarantee the accessibility and inclusion of people with disabilities in all social spaces, including events.

KEYWORDS: INCLUSION. PHYSICAL AND ATTITUDINAL BARRIERS. MEDIA RECORDS.

RESUMEN

Esta investigación aborda el tema de la accesibilidad en los eventos, destacando la ruptura necesaria de barreras y el papel de las personas con discapacidad, como elementos importantes para favorecer la inclusión total. Por lo tanto, este artículo tiene como objetivo identificar las barreras físicas y de actitud que las personas con discapacidad podrían enfrentar en el evento “2ª Tertúlia: Nada Sobre Nós Sem Nós – TNSNSN”, celebrada dentro de la Universidad Federal do Pampa, de nuestra comisión de registro de medios. La investigación es de naturaleza cualitativa, con un método de investigación de campo exploratorio. Como instrumentos de investigación que utilizamos para la recopilación de datos: un cuestionario exploratorio y observación participante a través de un guión. La recopilación de datos tuvo lugar en la segunda mitad de 2019. Con los resultados, pudimos observar que durante el evento, lo que estaba al alcance de la organización se hizo para tener una visión inclusiva de las personas con discapacidad, sin embargo, todavía hay barreras físicas y de actitud que deben superarse para garantizar efectivamente accesibilidad e inclusión de personas con discapacidad en todos los espacios sociales, incluidos los eventos.

PALABRAS - CLAVE: Inclusión. Barreras físicas y actitudinales. Registros de médio.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca refletir e discutir a respeito das questões de acessibilidade e inclusão através de uma pesquisa de campo, que buscou identificar quais são as possíveis barreiras enfrentadas por pessoas com deficiências em relação aos registros midiáticos realizados em um evento organizado pela Universidade Federal do Pampa. Entendemos por pessoas com deficiência aquelas que possuem alguma perda ou limitação de suas funções físicas, sensoriais ou intelectuais. De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas são definidas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (ONU, 2006). Sabemos que a deficiência não engloba somente as limitações físicas e sensoriais, mas, também implica em barreiras impostas pela sociedade.

Sabemos que ainda existe um longo caminho até que o processo de inclusão das pessoas com deficiência seja realidade. Falar em inclusão é quebrar paradigmas, pois ainda hoje é difícil aceitar e falar sobre esse tema. Por isso, nosso estudo teve como objetivo identificar barreiras físicas e atitudinais que as pessoas com deficiência poderiam enfrentar no evento “2ª Tertúlia: Nada sobre Nós Sem Nós – TNSNSN”, mais especificamente na Comissão de Registros

Midiáticos. A comissão de Registros Midiáticos foi formada como parte da organização do evento e teve como objetivos registrar através de fotos e vídeos os participantes e cenários que fizeram parte do acontecimento.

Este artigo justifica-se a partir da apresentação de uma das ações de extensão realizadas pelo Programa Tertúlias Inclusivas do Pampa, intitulada “*Tertúlias Inclusivas no Pampa: discutindo a inclusão e a inovação educacional*”, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Inclusão e Diversidade na Educação Básica e Ensino Superior (Grupo INCLUSIVE), desde o ano de 2016, contando com a participação de estudantes dos cursos de licenciatura e de pós-graduação na área da Educação e Ensino do referido campus da UNIPAMPA e, profissionais da Educação Básica e do Ensino Superior.

No segundo semestre de 2019, as Tertúlias foram realizadas com uma temática especial com base no movimento “*Nada sobre nós sem nós*”, na Universidade Federal do Pampa, campus Bagé, com o protagonismo das pessoas com deficiência (PcD). Este lema tem como foco a inclusão, os direitos humanos e a acessibilidade de pessoas com deficiência. Este foi o lema de uma multidão de pessoas com deficiência que, na década de 1980, marchou em protesto, na África do Sul, após o governo do país – à época sob o regime do Apartheid – ter se recusado a assinar o protocolo da Organização das Nações Unidas que instituiu o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (automeadas PcD). Anos mais tarde ao protocolo, o mesmo governo decidiu, por conta própria, fazer uma assembleia nacional para comemorar a data sem incluir, no entanto, as próprias pessoas com deficiência. Foi assim que um movimento formado exclusivamente por pessoas com deficiência não aceitou participar da assembleia enquanto não tivesse voz ativa.

A 2.^a Tertúlia NSNSN envolve uma proposta metodológica de formação continuada de profissionais da educação, inclusiva e dialógica (FREIRE, 1983) e crítico-transformadora (LUCKESI, 2003). O Programa vem sendo realizado desde 2017 e se caracteriza como uma ação do tipo intervenção, por meio de Rodas de Formação (ALBUQUERQUE; GALIAZZI, 2011). Tem como público-alvo pessoas com deficiência e pessoas de suas referências – responsáveis e/ou familiares, professores de classe comum, professores especializados e equipes gestoras das escolas públicas e demais entidades educacionais com interesse na educação de pessoas com deficiência nos municípios da região do Pampa Gaúcho.

REFERENCIAL TEÓRICO

Por muitos anos as pessoas com deficiência não possuíam direitos legais que resguardassem sua dignidade e condições como pessoa humana para que pudessem viver em sociedade. A deficiência era vista como uma doença que precisava ser curada. Após a 2ª Guerra Mundial que começaram a surgir tratados e convenções internacionais que tratavam dos direitos da pessoa com deficiência. Como resgate a esse panorama histórico referente às legislações e normativas que amparam as pessoas com deficiência podemos citar alguns documentos que nortearam essas conquistas, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Organização das Nações Unidas - ONU em 1948. No dia 10 de dezembro de 1948 foi esboçada a declaração que trata dos direitos humanos básicos, garantindo a educação para todos, quaisquer que sejam suas origens ou condições sociais (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948). Esse reconhecimento das pessoas com deficiência fora um marco histórico importante para que as mesmas pudessem transitar livremente em espaços de convivência social. A partir dessa declaração e do cenário político e social pós 2ª guerra, muitas outras declarações surgiram oriundas dessa.

Ao final dos anos 1970, cresceu a consciência que resultaria no movimento político das pessoas com deficiência. Evidenciou-se o contraste entre instituições tradicionais para atendimento e associações de pessoas com deficiência. (LANNA JÚNIOR, 2010). A fase heroica do movimento das pessoas com deficiência coincide com a abertura política, quando reunidas em Brasília em 1980, as associações construíram a pauta comum de reivindicações de seus direitos. O 1º Encontro Nacional fez nascer o sentimento de pertencimento a um grupo com problemas coletivos e, portanto, as batalhas e as conquistas deveriam visar ao espaço público (SÃO PAULO, 2011). Segundo Figueira, “se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981, Ano Internacional da Pessoa Deficiente, promulgado pela ONU, passou a se organizar politicamente” (FIGUEIRA, 2008). Em depoimento, Sasaki conta que “pela primeira vez surgiu a palavra pessoa para conferir dignidade e identidade ao conjunto das pessoas deficientes” (LANNA JÚNIOR, 2010).

Em 1994, foi promovida pelo governo da Espanha em parceria com a UNESCO, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que acabou resultando em um dos documentos mais importantes para a promoção da Educação Inclusiva em todo o

mundo, intitulada a “Declaração de Salamanca”, que vai nortear caminhos e atitudes para se desenvolver uma educação de qualidade para todos os indivíduos. Nesse documento se reconhece a urgência de o ensino ser ministrado no sistema regular de educação a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, assim, as escolas devem acolher todas as crianças, jovens e adultos independentes de suas condições físicas, intelectuais e sociais. Desse modo, enfatiza que as escolas devam ser a base para a construção de uma sociedade que respeita tanto a dignidade como as diferenças de todas as pessoas possibilitando condições de aprendizagem mais adequadas dependendo da necessidade de cada caso.

A inclusão de pessoas com deficiências na escola regular é alvo de discussões, mesmo que esteja resguardada em várias legislações mundiais e no Brasil. Segundo a Declaração de Salamanca:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos seus estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, p. 11).

Assim sendo, para uma sociedade ser inclusiva é necessário que ela aceite todos os indivíduos, respeitando suas diferenças e limitações. Para Sasaki (1997, p.41) a inclusão social pode ser conceituada “[...] como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. Quando pensamos em um mundo inclusivo, devemos levar em consideração que não são as pessoas que devem se adaptar à sociedade e aos meios educacionais; e sim que estes precisam estar preparados para receber esses indivíduos a fim de que eles possam atuar na sociedade de modo ativo e participativo.

Por muito tempo utilizava-se termos que pejorativos para designar a uma pessoa com deficiência, alguns termos como “portador de deficiência” ou “portador de necessidades especiais” ainda são empregados na sociedade atual, embora essas palavras tornam-se inconvenientes e carregam em si muitos estigmas e preconceitos. Segundo Manual da Mídia Legal (2002), existem vários argumentos para não utilizarmos o vocábulo portador, pois não dizemos e nem escrevemos que certa pessoa é “portador de olhos azuis”. Uma pessoa só porta

algo que ela pode portar, essa palavra não cria relação de direito-dever entre pessoas com e sem deficiência, porque não divide responsabilidades.

Alguns movimentos sociais, por um longo período de tempo debateram e buscaram entender sobre o uso correto que as pessoas com deficiências desejavam serem chamadas, com isso, o termo “pessoas com deficiência” foi adotado pela ONU em 13/12/06 e a ser ratificado posteriormente através de lei nacional de todos os Países-Membros. No Brasil, este tratado foi ratificado com equivalência de emenda constitucional, através do Decreto Legislativo n.186, de 09/07/08, do Congresso Nacional. Entende-se que não são as terminologias que definem a atitude perante uma pessoa com deficiência. O aluno pode ter uma deficiência, sem sentir-se deficiente quando o poder público provê, em escolas, universidades, meios de acessibilidade que garantem o direito de ir e vir de uma criança ou jovem, removendo as barreiras de aprendizagem pelos recursos disponíveis, tanto materiais quanto humanos.

Segundo Sasaki (2010), conceitua-se a inclusão social como processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade, buscam em parceria equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. A legislação e as normas instituídas não são capazes, por si só, de alterar a realidade educacional. Nesse processo temos que considerar os sujeitos envolvidos, haja vista que eles entendem as políticas públicas de educação de formas distintas, conforme suas vivências, seus interesses e valores culturais (MICHELS, 2006).

Inúmeros fatores geram barreiras ou obstáculos, alguns são intrínsecos e outros (a maioria), externos. Segundo Carvalho (2007) o que se constata é que os obstáculos à aprendizagem não são exclusividade de cegos, surdos, deficientes intelectuais, dos que têm paralisia cerebral, dos autistas, dos disléxicos, dos disgráficos, dos oriundos das camadas populares, dos que vivem em situação de desvantagem, dentre outros. Para remover barreiras para a aprendizagem é preciso romper com as estruturas tradicionais sobre as quais nossa sociedade está assentada.

Ainda assim, podemos dizer que a inclusão envolve muitos esforços, como por exemplo a reestruturação das culturas, políticas, práticas das escolas e sistemas que ainda são até então

excludentes (CARVALHO, 2006). Dessa maneira, existem muitas barreiras que precisam ser eliminadas quando nos referimos à acessibilidade das pessoas com deficiência. Essas barreiras são responsabilidade de todos nós, enquanto sociedade, e por isso temos que lutar juntos para que o preconceito e a exclusão não façam mais parte, garantindo assim a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária.

Independente do lócus das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação (CARVALHO, 2007).

As barreiras atitudinais representam obstáculos diante da construção de uma consciência inclusiva. Ao refletirmos sobre essas barreiras em pleno séc. XXI acabamos também por refletir acerca de nossas ações diante de nós mesmos e do outro, refletindo sobre os motivos que poderiam nos impedir de desconstruir esses conceitos, valores e atitudes. Na sociedade atual as barreiras atitudinais se constituem sob a forma de discriminação, esquecimento, ignorância e tantas outras coisas o que ocasiona o fortalecimento da exclusão social por parte dessas pessoas. Fortalecendo a definição das barreiras atitudinais, Lima e Tavares (2012), afirmam que:

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagens produzidos ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos (TAVARES, 2012, p. 104).

Ao identificar as barreiras impostas a esses sujeitos, podemos pensar a inclusão como um processo de reconhecimento da singularidade de cada indivíduo e, conseqüentemente, na construção social de uma sociedade mais humana.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

Nesta seção são explicitados os métodos da pesquisa, apresentando o problema e a questão norteadora, o contexto e campo da pesquisa, os sujeitos da pesquisa, bem como, as propostas de análise.

Este estudo tem natureza qualitativa, pois enfatiza o subjetivo como meio de compreender e interpretar as experiências em relação às barreiras atitudinais e físicas durante o

evento 2.^a Tertúlia NSNSN. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14). Além disso, uma das características básicas da metodologia qualitativa é ter o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

A tipologia de pesquisa empregada é a pesquisa de campo, já que é baseada em um roteiro de observação elaborado pela comissão de registros midiáticos e tem uma abordagem exploratória do fenômeno observado. A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza com coleta de dados junto a pessoas, como recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002).

Como sujeitos da pesquisa foram definidos os participantes do evento, ou seja, pessoas com deficiência e também os próprios pesquisadores deste estudo. A partir da identificação desses sujeitos, surge nossa questão norteadora: como os recursos midiáticos oportunizam a inclusão e o protagonismo das pessoas com deficiência em um evento inclusivo na região do Pampa Gaúcho? Tais recursos proporcionam um impacto potencial de transformação social, considerando as necessidades especiais advindas de suas condições de deficiência?

No que diz respeito à coleta de dados, esta aconteceu durante o evento intitulado 2.^a Tertúlia Nada sobre Nós sem Nós e também durante os meses de agosto e setembro, onde foram planejadas diversas ações pedagógicas que incluíam a leitura e discussão acerca da temática inclusão e acessibilidade, planejamento de materiais identificando possíveis barreiras tanto físicas como atitudinais que as pessoas com deficiência poderiam enfrentar durante o evento. Para subsidiar a investigação, optamos por instrumentos de coleta de dados que possibilitaram

evidenciar os fatos, para tanto, foram privilegiados: um questionário exploratório, o planejamento e a observação participante que foi estruturada através de um roteiro.

A técnica da observação participante é bastante utilizada pelos pesquisadores, pois permite a inserção do observador no interior de um determinado grupo. Com o auxílio da observação participante, o pesquisador analisa a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais que têm em si a sensibilidade e motivação para as mudanças necessárias (RICHARDSON, 1999).

O roteiro de observação foi baseado nas discussões e referencial teórico aplicados durante os dois meses mencionados e consistiam em identificar barreiras tanto de infraestrutura quanto comportamentais, para todos os tipos de deficiências (física, auditiva, visual, intelectual), em relação à comissão de recursos midiáticos.

Como instrumento de pesquisa, também foi utilizado o questionário que é um instrumento de coleta de dados a ser preenchido por determinados informantes. Quem utiliza o questionário pressupõe que o informante é uma fonte competente de dados, que fornecerá as informações com boa vontade e que tem a capacidade de compreender as perguntas. Segundo Gil (2007), o questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são aplicadas com sujeitos com o objetivo de buscar informações a respeito das crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, etc. Ainda de acordo com o autor, para a elaboração de questionários deve-se existir uma série de cuidados, tais como: buscar contatar a sua eficiência para atingir os objetivos, saber determinar a forma e o conteúdo da questão, além da quantidade de ordenação, construção de alternativas, entre outros. Dentre as muitas vantagens desse instrumento, citadas por Marconi e Lakatos (2010), podemos destacar: obtém grande número de dados, alcança maior número de pessoas simultaneamente, consegue respostas mais rápidas e precisas, há maior autonomia e segurança nas respostas devido o anonimato, maior tempo para responder e pode proporcionar mais uniformidade na avaliação por ser uma ferramenta igualmente distribuída a todos os investigados.

As primeiras informações após o evento, que serviram de fonte para essa pesquisa, foram coletadas através de um formulário *online*, previamente estruturado pelos pesquisadores, onde os participantes puderam responder sobre a importância e visibilidade que os registros midiáticos podem oferecer para as pessoas com deficiência e quais sugestões para qualificar o

uso desses recursos em eventos que abordem acessibilidade, tudo isso em conjunto com o roteiro elaborado pelos participantes da comissão, fazendo assim parte do diário de campo. As análises acerca da construção de sentidos, momentos, percepções e a discussão dos dados obtidos, encontram-se a seguir, nos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para contribuir nos resultados desta pesquisa fizemos uma reflexão dos dados obtidos no entrecruzamento com o referencial teórico de autores que discutem sobre inclusão, acessibilidade e barreiras estudados em sala de aula.

A partir de toda essa ponderação sobre a temática pudemos observar e identificar com mais detalhamento as possíveis barreiras que as pessoas com deficiência poderiam se deparar no evento se tratando dos registros midiáticos. Além disso, cabe ressaltar que a Comissão de Registros Midiáticos coletou os dados propriamente em dois espaços: 1) no hall de entrada do evento onde havia um espaço com mural e plaquinhas para o registro de fotos e 2) no auditório onde estavam acontecendo as apresentações. Portanto, como primeiro instrumento de coleta dados foi utilizado um roteiro. Esse roteiro foi dividido em dois tipos de dificuldades: 1) *Infraestrutura e equipamentos* e 2) *Barreiras Atitudinais e Físicas*.

Infraestrutura e equipamentos

De acordo com o roteiro, o primeiro ponto observado foi em relação à qualidade suficiente das câmeras para registro de fotos. Como o evento não conta com apoio financeiro, apenas poucos patrocinadores, todo o equipamento foi disponibilizado pela própria Comissão de Registros Midiáticos, o que dificultou o acesso a materiais mais profissionais como flashes e câmeras profissionais ou até mesmo para edição de vídeos, gravações e transmissões ao vivo. Ressaltando, também, a importância do incentivo a eventos deste tipo, onde pessoas com deficiência se tornam protagonistas de todas as atividades mostrando suas potencialidades, capacidades e talentos.

Outro ponto observado é sobre o material organizado e disponível para o começo das atividades. Em se tratando do evento foi relevante este ponto pois estávamos lidando com vários tipos de deficiência não só físicas como mentais, por isso estar tudo organizado e pronto para tirar as fotos facilitaria para aqueles que tivessem algum tipo de dificuldade mais específica na

hora do registro. Quanto a isso a comissão não encontrou nenhum tipo de barreira. Também foi observado barreiras a respeito dos equipamentos como fios ou tripés que pudessem atrapalhar o acesso ao espaço reservado para as fotos no hall de entrada. Para isso, a própria Comissão ficou responsável para organizar tudo da melhor maneira possível e levando em consideração todos os tipos de deficiência.

O espaço para as fotos era num piso plano com bastante espaço para pessoas cadeirantes ou com alguma dificuldade para locomoção. E para finalizar o último ponto observado em relação a esse tópico se refere ao espaço para tirar as fotos estar em um local onde não houvesse muito barulho ou tumulto. Como planejado previamente, o espaço para o registro das fotos foi colocado no hall de entrada, um espaço sem obstáculos e mais afastado do auditório onde estavam acontecendo as atividades, por isso não foi registrado barreiras quanto a tumulto ou muito barulho nesse local. Acreditamos que esta parte do roteiro foi mais observada no primeiro espaço da coleta de dados já que no segundo espaço, o auditório, a própria Comissão registrava mais as atividades em si.

Barreiras atitudinais e físicas

Considerando o roteiro, foi identificado como possível barreira a disponibilidade de intérpretes no momento do registro fotográfico. Como os protagonistas eram as próprias pessoas com deficiência, havia no local um grupo de alunos surdos e de intérpretes de uma escola da região, por isso não foi apontado nenhum tipo de barreira de comunicação em relação aos participantes surdos. O segundo ponto se refere à disponibilização de um meio de acesso das fotos para pessoas cegas e com baixa visão; diante disso, a comissão repassou todos os registros para a organização geral do evento para que seja colocado na internet, mais especificamente, na página do evento.

Para tanto, também é necessário que se utilize a hashtag pra cego ver (#pracegover). A #pracegover é um projeto criado pela professora Patrícia Braille, que tem por objetivo a descrição e a audiodescrição de imagens para pessoas com deficiência visual através do Facebook. Assim, essa seria uma maneira de eliminar as barreiras quanto ao acesso das pessoas com deficiência visual às fotos do evento. Além disso, também foram observados os equipamentos com flash às pessoas de baixa visão devido a sensibilidade de efeitos com luzes. Quanto a isso não identificamos barreiras já que não dispusemos de nenhum equipamento com

flash, porém, cabe ressaltar que tivemos durante o evento falta de energia elétrica, o que dificultou bastante na hora de registrar os momentos. Apesar do evento começar à tarde, o auditório, por estar localizado em um ambiente fechado, se tornava mais escuro e sem o flash algumas fotos foram prejudicadas. Além de que também havia uma participante com baixa visão e na hora de tirar as fotos precisávamos ir para um lugar muito claro já que estava escurecendo e precisávamos de uma boa iluminação para as fotos e isso a deixava um pouco desconfortável. Entendemos que a falta de luz é uma barreira que pode ser encontrada em um evento como este. Para esse tipo de situação o melhor é ter equipamentos mais sofisticados e até mesmo um flash.

Quanto ao último ponto abordado neste tópico, sobre o aceite dos participantes quanto a serem ou não fotografados, a comissão não encontrou nenhuma barreira quanto a este ponto já como mencionamos previamente, no espaço das fotos as pessoas vinham por espontânea vontade e no espaço do auditório que fotografamos livremente não houve qualquer tipo de dificuldade quanto a isso.

Após a aplicação do questionário, sendo um dos instrumentos utilizados como coleta de dados nessa pesquisa, e considerando o protagonismo e o lugar de fala das pessoas com deficiência, para garantir a acessibilidade a todos e todas na 2.^a Tertúlia NSNSN, assim identificando barreiras físicas e atitudinais, a seguir será abordado alguns resultados quanto ao formulário disponibilizado a respeito da comissão de recursos midiáticos, abordando de forma crítica e reflexiva sobre o planejamento, organização e atitudes presentes no evento.

Em síntese, o questionário limitou-se a duas questões, as quais foram enviadas aos participantes do evento: 1 – Você acredita que os registros midiáticos possam ajudar a dar visibilidade às pessoas com deficiência? 2 – Quais sugestões você colocaria para qualificar o serviço na comissão de recursos midiáticos (fotografia e filmagem) deste evento?

Diante desses questionamentos, as respostas analisadas nos permitem identificar diversas características relevantes sobre o contexto em foco, visto que estamos seguindo uma abordagem qualitativa, percebendo assim a interação e participação dos participantes na perspectiva da educação inclusiva. Os participantes foram identificados como P1, P2, P3 e P4.

Quadro 1. Análise da primeira pergunta

P1	“Entendo que os registros midiáticos se constituem em marcos muito importantes, pois constroem história, entretanto, com relação a dar ou não visibilidade às pessoas com deficiência compreendo que somente elas poderiam responder a esse questionamento.”
P2	“Com certeza, devemos mostrar os trabalhos, atividades que realizam tornando-as protagonistas de suas vidas e ações para que o mundo as veja como pessoas capazes.”
P3	“Acredito que o evento em si favorece um olhar mais inclusivo por parte de todos.”
P4	“Com certeza, e evento como esse esclarecem muitas dúvidas das pessoas e também ensinam que apesar das dificuldades que todos temos elas devem ser vencidas com muita garra muita força de vontade, e transmitir isso as demais pessoas é muito interessante porque além de dar uma outra visão sobre pessoas com deficiência também a motivam aos demais a ultrapassarem alguma dificuldade.”

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

A partir da análise do quadro 1, identificamos que nossa comissão desempenhou um olhar inclusivo para as pessoas com deficiência, constituindo um marco importante que foi colocado em funcionamento pelas imagens e suas interpretações registrados no dia do evento. Na sociedade moderna que estamos inseridos, as mídias comunicacionais e digitais têm grande impacto na sociedade que alteram até o comportamento humano e também como suas ações podem impactar em uma prática mais inclusiva e diversa.

O participante P4 aborda que a partir da identificação de barreiras, podemos quebrá-las e vencê-las, porém, é preciso pensar no indivíduo enquanto ser em processo de crescimento e desenvolvimento que vivencia a aprendizagem e o espaço segundo suas diferenças individuais. Precisamos mobilizar a sociedade enquanto sujeitos, temos uma longa trajetória, contudo a partir da união, reflexão, esforços e a discussão de alternativas que tragam o deficiente como protagonista, construiremos um espaço social mais justo, igualitário e com equidade.

Como o evento era destinado às pessoas com deficiência, nada mais importante que o palco principal seja ocupado por elas, mostrando suas emoções, superações, desejos, habilidades e potencialidades. A variedade das atividades organizadas (apresentações de danças, rodas de conversa, exposições artísticas e culturais, relatos de vida, oficinas, sala sensorial, entre outras atividades) propiciou uma ampla participação do público, considerando os dois turnos que foram planejadas as atividades, tarde e noite: a movimentação foi de cerca

de 400 pessoas, em um ambiente acolhedor e de inclusão. A seguir trazemos algumas imagens que nos remete a felicidade de compartilharmos esses momentos de acolhimento.

Figura 1. Apresentação artístico-cultural



Fonte: autores, 2019.

Figura 2. Associação dos Deficientes Visuais do Município de Bagé - RS



Fonte: Autores, 2019.

Figura 3. Oficina de judô com uma atleta campeã paraolímpica.



Fonte: Autores, 2019.

As figuras apresentadas colocam o sujeito em posição de liberdade absoluta, o que implica em dizer que a pessoa com deficiência se torna livre para voar, nas asas de sua imaginação, buscando-se acabar com as práticas impostas pela sociedade que discrimina e segrega pessoas e populações. Segundo Carvalho (2007), talvez uma das possibilidades de reverter, definitivamente, os processos excludentes seja a de ressignificar de fato em nós, a ideia que temos da nossa própria “normalidade” e, dentre seus corolários, o que nos leva a supor que, por sermos “normais”, somos seres completos, já que não nos faltam os sentidos, a inteligência, a capacidade motora, locomotora, agora e para sempre.

Para Hall (1997) os espaços e ambientes nas imagens podem ajudar a comunicar quem as pessoas são e o que fazem. Ou seja, o contexto no qual as imagens estão falam e contam histórias. Também Silva (2011) considera que indicações de espaço nas ilustrações podem estar associadas a determinados grupos sociais e refletir julgamentos e valores sobre os personagens.

Nesse contexto, foi relevante saber o que se pensa sobre estes sujeitos e a forma como eles estão sendo representados e apresentados. Tivemos em nossas mãos um material muito rico para analisar, que nos instigou a refletir sobre o que as imagens revelam. Foi possível compreender que as imagens são importantes veículos de comunicação e que carregam significados. Esses significados causam uma impressão ao público que recebem um material rico de detalhes, sentimentos e diferentes compreensões.

Na análise do quadro 2, abordamos algumas sugestões que os participantes trouxeram como modo de aprimorar a comissão de registros midiáticos para um evento futuro.

Quadro 2. Análise da segunda pergunta

P1	“Criação de Portfólio com todas as etapas do evento.”
P2	“Colocar um telão no próprio auditório para que todos prestigiassem.”
P3	“Todas que foram utilizadas eram ótimas, pena que faltou energia e algumas acredito não puderam ser utilizadas naquele momento.”
P4	“Continuar com bastante divulgação o evento.”

Fonte: autores, 2019.

O participante P1 cita a criação de um portfólio após o término do evento, como modo de divulgação do trabalho realizado pela equipe. Acreditamos que nesse processo, e como análise de uma melhor divulgação do evento, a criação de uma revista eletrônica que pudesse circular entre as Universidades, mostrando a dimensão que esse evento ocasiona em nossa região do Pampa Gaúcho, é um modo de alcançar outras pessoas com a real importância de se discutir práticas inclusivas.

Como citado no roteiro e por alguns participantes presentes, ao término do evento, no turno da tarde, ocorreu a falta de energia em toda Universidade, prejudicando o registro de alguns momentos, então como modo de suprir esse percalço utilizamos nossos próprios aparelhos eletrônicos, visto que parte do material utilizado foi cedido pela instituição. Em função da luminosidade, decidimos não utilizar câmeras profissionais nesse momento, em ocorrência do auditório ser mais escuro e também o uso de flashes atrapalhar as pessoas com baixa visão e com TEA (Transtorno do Espectro Autista).

Em relação ao espaço cedido pela Universidade para realizarmos o evento, não supria a demanda de pessoas que estavam inscritas, como modo de facilitar esse processo de participação e inclusão de todos, um telão foi montado na parte exterior do auditório, no hall de entrada da Universidade, transmitindo ao vivo todas as atividades. Visto que algumas pessoas citaram a falta de um telão no evento, acreditamos que seria interessante a inserção de um telão no próprio auditório, porém em razões de estrutura, espaço e disponibilidade de materiais da instituição, nos adaptamos da melhor forma para a realização e transmissão das atividades.

Na era da ciência e tecnologia, garantir a acessibilidade nos meios de comunicação é algo diretamente ligado ao direito e a participação das pessoas com deficiência na vida pública do País e em ações de cunho social. O uso das mídias e sua importância no cotidiano de uma pessoa com deficiência depende de seu acesso e domínio. Muitas vezes a tecnologia adaptada existe no mercado, mas não é acessível economicamente para aqueles que necessitam e se beneficiam com tal criação. Portanto, a pessoa com deficiência nem sempre terá acesso às mídias mais acessíveis para a sua deficiência, ela poderá estar incluída ou excluída do processo inclusivo apenas por não ter acesso ao recurso construído ou adaptado para ela.

Em relação à exclusão e à inclusão digital, Burgstahler *apud* Macedo (2010) caracteriza a primeira divisão digital os fatores de pobreza, raça, etnias e culturas que afastam os indivíduos dos recursos tecnológicos, e na segunda divisão digital, as pessoas que possuem acesso à tecnologia, no entanto, por desabilidades pessoais são impedidos de acessá-las.

A possibilidade de presenciar pessoas com deficiência interagindo e construindo conhecimentos com outras pessoas com deficiência e sem deficiência, a partir de registros fotográficos e filmagem, caracterizam o papel que nós como educadores, pais, indivíduos, como sociedade geral temos nesse processo de acessibilidade e inclusão. Os espaços, os abraços, o compartilhar dos saberes e o olhar da sensibilidade revelou a quebra das barreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, tratamos sobre a inclusão como uma ação social, cultural, política e pedagógica com base no respeito às diferenças e no direito de todas as pessoas participarem e pertencerem a um grupo e aprender juntos sem nenhum tipo de segregação ou discriminação. Independente do locus das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis, mas como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, brandura e muita determinação (CARVALHO, 2006, p. 128).

Em suma, na presente pesquisa ao analisar os resultados obtidos, percebemos que houveram algumas barreiras enfrentadas não exatamente pelos sujeitos da pesquisa, mas barreiras de infraestrutura e equipamentos pela própria Comissão de Registros Midiáticos. Em relação às barreiras atitudinais, foi interessante observar todo o esforço da organização do evento e das próprias comissões organizadoras para identificá-las e tentar minimizar ou até eliminar todo esse processo de exclusão social.

É claro que a legislação brasileira oferece um amparo legal e acesso às pessoas com deficiência, entretanto, a inclusão acontece e é construída nas situações do dia a dia e também nas relações interpessoais, sociais e políticas. A acessibilidade vai além de ultrapassar barreiras arquitetônicas e atitudinais, e sim de sensibilizar as pessoas sem deficiência para o convívio com as diferenças.

A partir da identificação desses sujeitos, e da análise da questão norteadora de nossa pesquisa, identificamos que a partir dos registros midiáticos, é preciso pensar no impacto que eventos inclusivos, como estes, em nossa região proporcionam na vida das pessoas e o que elas evidenciam e vivenciam enquanto seres em processos de construção e transformação.

Portanto, faz-se necessário o olhar crítico e reflexivo sobre o direito que todos os cidadãos têm de fazer parte da nossa sociedade não só como mero expectadores e sim como protagonistas para que possam desfrutar de todos os direitos humanos e fundamentais que uma pessoa necessita para viver em uma sociedade mais humana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, F.; GALIAZZI, M. do C. A formação do professor em Rodas de Formação. **R. Bras. Est. Pedag.**, Brasília, v. 92, n. 231, p. 386-398, Maio/Ago. 2011.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. 5ª ed. Porto alegre: Mediação, 2006.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2007.

FIGUEIRA, E. **Caminhando em silêncio: uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editorial, 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila Richardson RJ. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- HALL, S. The work of representation. In: HALL, Stuart (org). **Representation: Cultural representations and signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997, p 01-30.
- LANNA JUNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- MACEDO, C. M. S. de. **Diretrizes para criação de objetos de aprendizagem acessíveis**. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- MANUAL DA MÍDIA LEGAL. **Comunicadores pela inclusão**. Rio de Janeiro: WVA, 2003.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- MICHELS, M. H. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a03v1133.pdf>.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

SÃO PAULO (Estado). **Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Memorial da Inclusão. 30 anos do AIPD: ano internacional das pessoas deficientes 1981-2011. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

SASSAKI, R. K. **Inclusão, Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, A. F. L. Corporeidade e representações sociais: agir e pensar à docência. **Psicologia & Sociedade**. [online]. V. 23, n.3, p. 616-624, 2011.

TAVARES, F. S. S. **Educação Não Inclusiva**: a trajetória das barreiras atitudinais nas dissertações de educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFPE). 2012. 595f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.